

textos para
discussão
gemmaa

*A Folha de S. Paulo e as
ações afirmativas: dez anos
de cobertura (2001-2011)*

Luiz Augusto Campos
ECP-UNIRIO
João Feres Júnior
IESP-UERJ

3/

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

gema.iesp.uerj.br

gema@iesp.uerj.br

Coordenador

João Feres Júnior

Pesquisadores Associados

Flávio Carvalhaes

Leonardo Nascimento

Lorena Miguel

Luiz Augusto Campos

Veronica Toste Daflon

Estagiários

Eduardo Barbabela

Gabriella Moratelli

Pedro Ramos

Larissa Soares

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos



Agência brasileira do ISBN

ISBN 978-856726906-1



9

788567 269061

3/ textos para discussão gemaa

A Folha de S. Paulo e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011)

Luiz Augusto Campos Este texto discute o tratamento conferido às ações afirmativas raciais pelo jornal de maior circulação nacional, a *Folha de S. Paulo*. A partir de um amplo levantamento de todos os textos sobre o tema publicados no jornal durante a primeira década do milênio, o presente trabalho examina a distribuição dos textos nas seções, a organização das opiniões dadas como relevantes e os atores sociais que tiveram maior visibilidade na cobertura.

Professor
ECP-UNIRIO

João Feres Júnior

Professor
IESP-UERJ

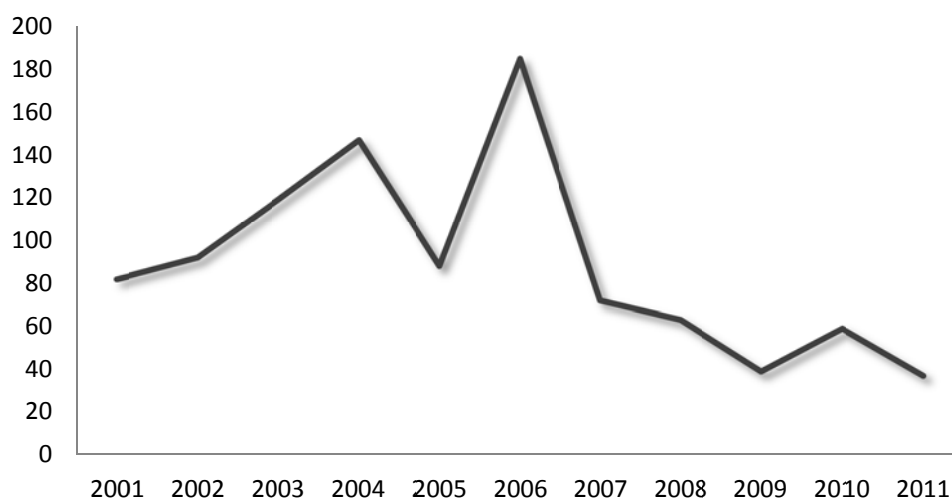
As ações afirmativas raciais só se tornam um tema de debate midiático no fim de 2001, quando as universidades estaduais do Rio de Janeiro foram compelidas por lei estadual a adotarem cotas raciais. A *Folha de S. Paulo* de alguma forma se antecipou a esse movimento mais geral da mídia, pois desde o início de 2001 o jornal já dedicava grande espaço à cobertura dos preparativos e posterior realização da III Conferência da ONU Contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul. O jornal paulista publicou várias páginas de discussões acerca das possíveis soluções para as desigualdades raciais brasileiras, inclusive com textos que tratavam do tema específico das ações afirmativas raciais, o que mostra que tais políticas que já se colocavam no horizonte de expectativas daquele momento.

O presente trabalho pretende apresentar dados sobre o modo como a *Folha* lidou com tema das ações afirmativas raciais durante os primeiros dez anos do milênio. Esse período acompanha o intervalo em que a polêmica esteve no foco da imprensa nacional. Além de ajudar a entender os critérios de noticiabilidade do jornal, os dados aqui apresentados pretendem contribuir para uma discussão qualificada sobre o papel que a imprensa exerceu na conformação do debate em

torno das alcunhadas “cotas raciais”. Para tal, faremos no decorrer deste texto algumas comparações com a cobertura conferida ao tema pelo jornal paulista e os dados obtidos e discutidos no *Texto para Discussão 2*, acerca da cobertura de *O Globo*.

Embora tenha publicado menos textos sobre o tema do que o seu principal concorrente nacional, o jornal carioca *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* dedicou farto espaço à temática. Entre 2001 e 2011, o jornal publicou 983 textos que de alguma maneira tratavam da ação afirmativa racial, ou seja, somente 71 textos a menos que o seu correlato carioca. No gráfico a seguir, vemos como o número de textos publicados na *Folha* oscilou ao longo dos anos:

Gráfico 1: Número de textos publicados sobre as ações afirmativas raciais na *Folha* entre 2001 e 2011



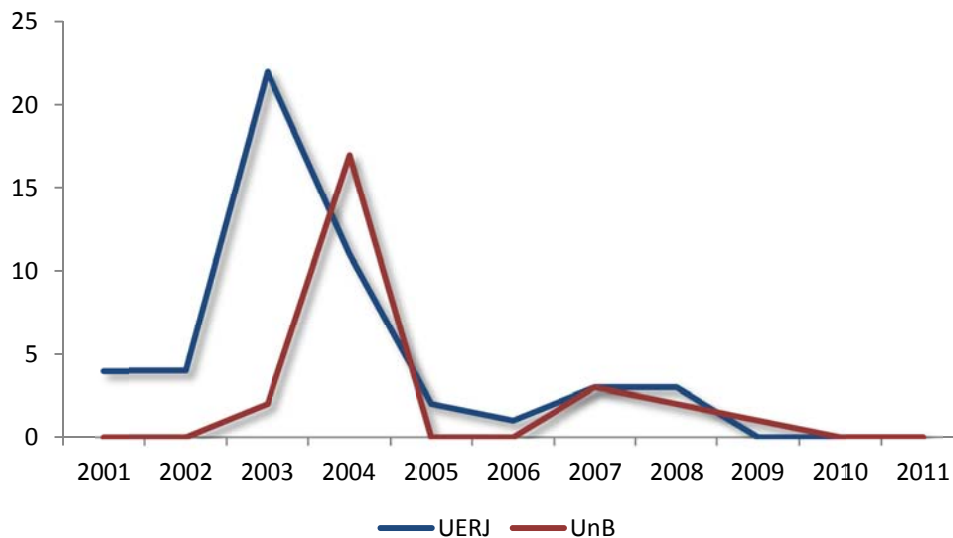
Fonte: GEMAA

A quantidade de comunicações no jornal dedicadas às ações afirmativas cresceu linearmente entre 2001, ano da Conferência de Durban e da aprovação da lei de cotas do Rio de Janeiro, e 2004, ano do segundo vestibular da UERJ e da UENF com cotas raciais e da adoção de uma política similar pela UnB. Vale destacar que tal crescimento não foi tão intenso como no caso de *O Globo*, pois a *Folha* já dava muito espaço ao tema desde 2001, o que se explica pelo maior foco do jornal na cobertura internacional. Assim, se o matutino carioca deu pouco espaço à Conferência de Durban, o jornal paulista já discutia o tema das ações afirmativas antes mesmo de ele ser introduzido no Brasil. Após a queda de

publicações em 2005, o que parece ter por causa o predomínio midiático do escândalo do “mensalão”, as publicações voltam a crescer em 2006, ano em que o Congresso cogitou votar uma lei de cotas, evento frustrado por inúmeros acontecimentos, dentre os quais a entrega aos presidentes da casa legislativa de manifestos contrários e favoráveis à política. A partir de 2006, a quantidade de textos publicados pela *Folha* decresce de modo mais ou menos constante.

Durante boa parte do período analisado, as ações afirmativas raciais adotadas pela UERJ e pela UnB foram o foco privilegiado das discussões na *Folha*. O Gráfico 2 mostra como as menções a esses casos evoluiu nos anos.

Gráfico 2: Percentual de textos de acordo com as menções aos casos da UERJ e da UnB de acordo com o ano



Fonte: GEMAA

Novamente, a *Folha* se aproxima de *O Globo*, porém com algumas nuances. Em primeiro lugar, o número de menções ao caso UnB no jornal paulista se aproxima bastante à quantidade de menções à UERJ. Ademais, a ênfase no caso UERJ está quase restrita a 2003, sendo substituída pelo caso UnB no ano seguinte. Logo, a proximidade geográfica e o provincialismo que caracterizam *O Globo* fizeram com que o jornal não desse tanta atenção ao caso da UnB quanto seu congênere paulista.

Como argumentamos no *Texto para Discussão 2*, é possível conjecturar várias razões para o foco da cobertura dos dois jornais nesses dois casos. Podemos

dizer, por exemplo, que UERJ e UnB foram as duas primeiras universidades brasileiras a adotar cotas ou que os métodos adotados pelas instituições foram os mais polêmicos. Porém, essas duas razões não são suficientes. Embora a UERJ tenha sido, junto com a UENF, a primeira instituição a adotar cotas raciais, o argumento não vale para UnB, que foi apenas a nona instituição pública de ensino superior a aderir a essa modalidade de política¹. Também é insuficiente o argumento de que os modelos adotados pelas universidades foram em si mais polêmicos, mormente no caso da UnB que adotou uma comissão de verificação racial dos candidatos. Esse argumento ignora que a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul já havia posto em funcionamento um sistema de seleção baseado em fotografias antes da UnB e, apesar disso, a UEMS foi objeto de apenas dois textos da *Folha*.

Tampouco é correto argumentar que a UERJ e a UnB são casos exemplares de ação afirmativa racial, daí o destaque na cobertura dos jornais. Chegamos facilmente a essa conclusão comparando o desenho de suas políticas às das mais de 70 universidades que implantaram ações afirmativas no período analisado. Como discutimos em outra oportunidade², das universidades públicas, federais e estaduais, que adotaram políticas afirmativas, nenhuma utilizou os mesmos critérios adotados pela UERJ ou pela UnB. E no que tange especificamente à adoção de uma comissão de verificação racial via fotografias, apenas 10% das mais de 70 instituições mencionadas adotaram tal procedimento.

Também merece atenção o foco da cobertura da *Folha* nas chamadas cotas raciais, modalidade específica de ação afirmativa. Ainda que 90% das universidades com alguma ação afirmativa no período utilizasse critérios de corte socioeconômico, para beneficiar estudantes oriundos de escola pública ou de baixa renda, por exemplo, somente 11,8% dos textos do jornal discutiram tais políticas. O restante (88,2%) tratou basicamente das ditas cotas para negros,

¹ Cf. Daflon, Verônica Toste; Feres Júnior, João & Campos, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, 2013, pp. 302-327.

² Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto & Daflon, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea*, n. 2, 2011, pp. 61-83.

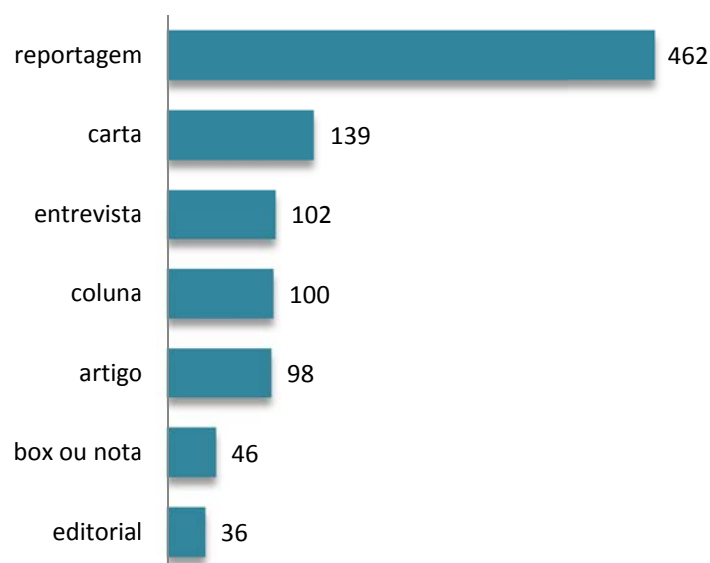
modalidade de ação afirmativa presente em 54,3% das universidades públicas brasileiras do período³.

Como é possível perceber no Gráfico 1, o ano de 2005 interrompe a tendência de aumento na quantidade de textos, em grande medida porque o alcunhado “escândalo do mensalão” dominou a pauta midiática nesse ano. Apesar disso, um novo pico de matérias ocorre em 2006, ano em que o governo federal patrocinou um projeto de lei que obrigaria todas as universidades federais do país a adotar cotas raciais. A tramitação desse projeto é interrompida no mesmo ano, coincidentemente ou não após a entrega ao Congresso Nacional de dois manifestos sobre a temática, um contrário e outro favorável às cotas. Já entre 2007 e 2011 a polêmica em torno da questão arrefece e, assim, o jornal publica um número declinante de textos sobre o assunto.

Como mostra o Gráfico 3, a maior parte dos textos publicados pela *Folha* são reportagens, cerca de 46% do total. Essa é outra diferença em relação ao *Globo*, que deu mais importância a textos opinativos, publicando apenas 35% de reportagens. Outra característica da *Folha* é o fato de o jornal ter publicado menos editoriais sobre o tema do que o jornal carioca, o que demonstra ter adotado um enquadramento mais jornalístico do que opinativo da controvérsia. Ademais, assim como *O Globo*, a *Folha* buscou equilibrar a quantidade de colunas fixas e de artigos publicados por colaboradores. Os dois formatos somaram quantidades muito próximas, como é possível notar a seguir:

³ Feres Junior, João; Campos, Luiz Augusto & Daflon, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea*, n. 2, 2013, p. 70.

Gráfico 3: Número de textos sobre as ações afirmativas de acordo com o tipo

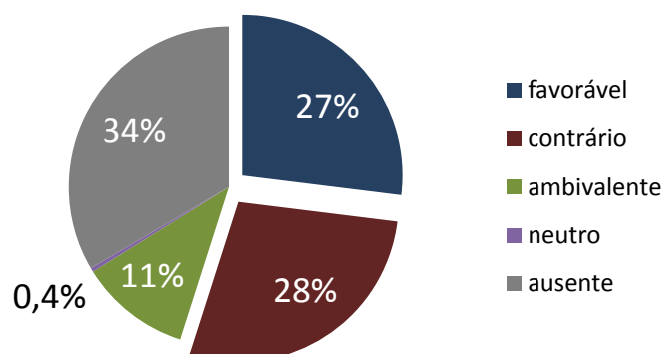


Fonte: GEMAA

No que se refere à posição assumida nos textos em relação às políticas afirmativas, a pesquisa trabalhou com cinco categorias de valência: contrário, favorável, neutro, ambivalente e ausente. O texto era classificado como “neutro” em relação às ações afirmativas nos raros casos em que o autor defendia a impossibilidade de assumir um lado do debate. Já a categoria “ambivalente” abriga os textos em que a tomada de posição em relação às cotas era ambígua, sendo difícil captar uma posição unívoca. A opção “ausente” foi reservada aos casos em que um texto era apenas descritivo e não opinativo.

Embora *O Globo* tenha feito algum esforço para equilibrar a quantidade de textos contrários às cotas com o número de favoráveis, pode-se dizer que a *Folha* foi muito mais bem sucedida nesse sentido. O Gráfico 4 indica que em 27% dos textos analisados foi possível perceber uma tomada de posição favorável, enquanto em 28% há uma valência contrária às ações afirmativas. Diante da maior parcela de reportagens publicadas pelo jornal paulista, é de certo modo esperado que a maior parcela dos textos (34%) não apresentem valência. Finalmente, 11% dos textos assumiram uma posição ambivalente, enquanto 0,4% defenderam ser impossível tomar posição no debate:

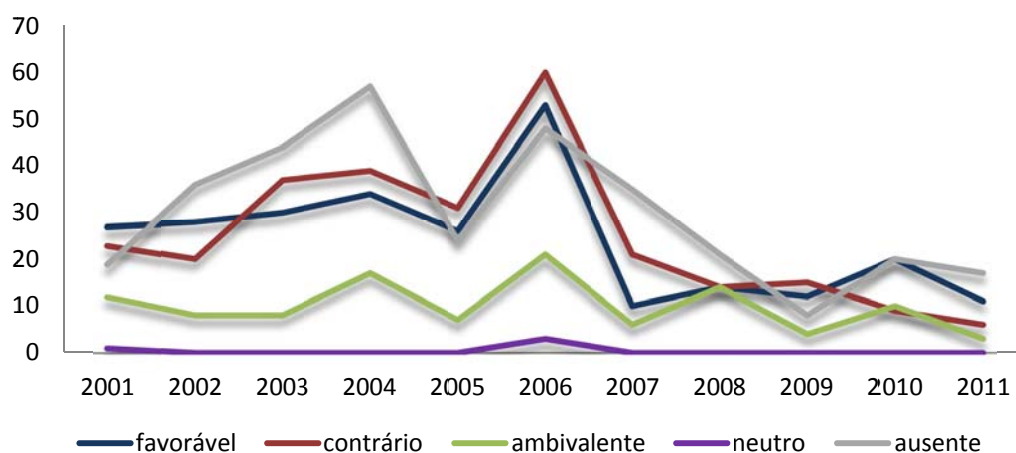
Gráfico 4: Valência em relação às ações afirmativas dos textos publicados na Folha



Fonte: GEMAA

O Gráfico 5 indica que o equilíbrio na quantidade de textos contrários e favoráveis não foi fortuito. Em todos os anos cobertos pela pesquisa, um incremento na quantidade de publicações favoráveis foi compensado por um aumento dos textos contrários, e vice-versa. De modo que a linha azul acompanha a linha vermelha no Gráfico 5, ainda que haja uma leve vantagem para os textos contrários entre os anos de 2003 e 2009. Outro dado importante contido no gráfico se refere à oscilação no tempo dos textos com valência ausente, mormente reportagens. Se no início da cobertura (2001-2004) a *Folha* publicava bem mais textos informativos que opinativos, a partir de 2005 há uma tendência a publicar mais textos opinativos com alguma posição:

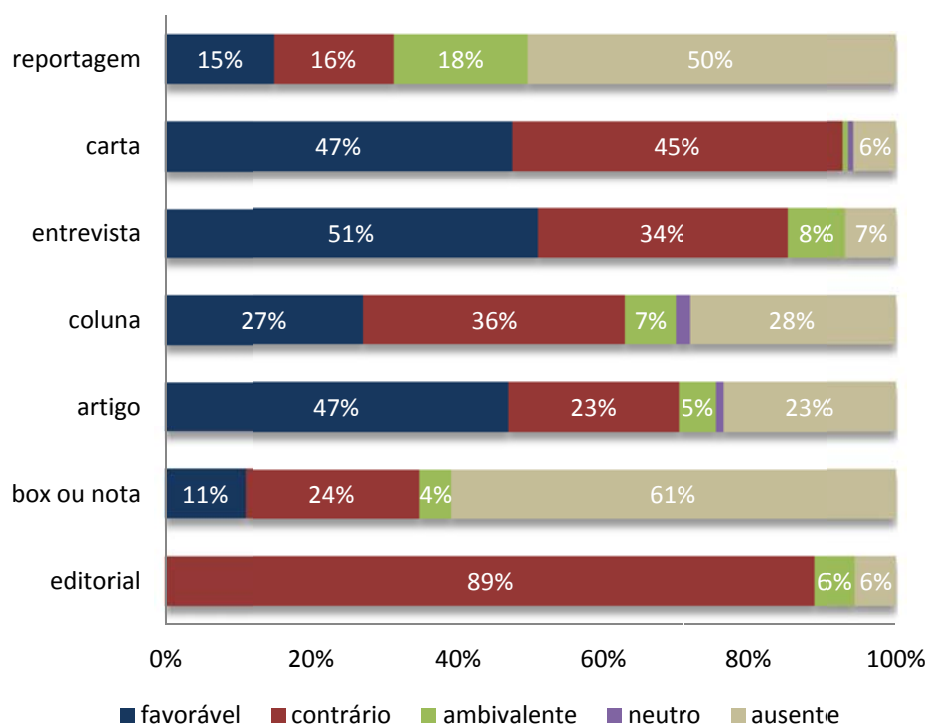
Gráfico 5: Valência em relação às ações afirmativas dos textos publicados na *Folha* entre 2001 e 2011



Fonte: GEMAA

O Gráfico 6 mostra como o equilíbrio das valências foi distribuídos nos textos de acordo com o formato de cada um. Assim como ocorre em *O Globo*, a quase totalidade dos editoriais da *Folha* é contrária às ações afirmativas raciais. No tocante às cartas de leitores os jornais adotaram estratégias bem díspares. Enquanto o jornal carioca deu ampla vantagem às cartas críticas das cotas, o jornal paulista procurou equilibrar meticulosamente a proporção entre cartas contrárias e favoráveis. Ademais, ao mesmo tempo em que *O Globo* publicou um numero maior de colunas favoráveis às cotas do que contrárias, ocorre o oposto na *Folha*: 36% de suas colunas foram contrárias às cotas e 27% delas, favoráveis.

Gráfico 6: Distribuição dos textos de acordo com o tipo e a valência em relação às ações afirmativas raciais na *Folha*



Fonte: GEMAA

Esses números sugerem uma curiosa compensação das valências nas páginas da *Folha*. Formatos de textos ligados a setores da redação fixos e mais próximos da hierarquia, como editoriais e colunas fixas, tendem a ser mais contrários que favoráveis às ações afirmativas raciais. Contudo, essa vantagem concedida aos

textos contrários é compensada pelas seções abertas, em que colaboradores convidados publicam artigos ou entrevistas. Nesses setores, os textos tendem a ser mais favoráveis que contrários, equilibrando as quantidades entre as valências. Na seção aberta aos leitores, por seu turno, as proporções de contrários e favoráveis são controladas minuciosamente de modo a garantir igual espaço para ambos.

Tabela 1: Autores que mais publicaram textos na Folha sobre o tema (5 textos ou mais) conforme a valência

	favorável	contrário	ambivalente	neutro	ausente	Total
Antonio Gois (repórter)	13%	23%	26%	-	38%	41
Fernando da Escóssia (repórter)	30%	9%	13%	-	48%	37
Élio Gaspari (colunista)	67%	-	-	5%	29%	28
Luciana Constantino	10%	10%	19%	-	62%	22
Fábio Takashi	11%	28%	50%	-	11%	22
Demétrio Magnoli (geógrafo e colunista)	-	100%	-	-	-	19
Gilberto Dimenstein (colunista)	-	38%	50%	-	13%	19
Luis Nassif (jornalista e colunista)	13%	63%	25%	-	-	15
Nelson Sá	63%	-	-	-	38%	13
Mari Tortato	29%	29%	14%	-	29%	12
Fernanda Bassete	17%	-	50%	-	33%	12
Matilde Ribeiro (ministra)	100%	-	-	-	-	11
Mônica Bérnago (repórter)	-	-	-	-	100%	10
Angela Pinho	20%	60%	-	-	20%	11
Cláudia Collucci	20%	-	60%	-	20%	12
Edna Roland (militante negra)	80%	-	-	-	20%	13
Fernanda Calgaro	-	40%	20%	-	40%	14
Laura Capriglione	40%	-	60%	-	-	15
Luiz Fernando Vianna	20%	-	-	-	80%	16
Marcelo Leite	-	20%	20%	-	60%	17
Marco Antonio dos Santos	100%	-	-	-	-	18
Rafael Cariello	-	-	20%	-	80%	19
Tarso Genro (ministro)	80%	-	-	-	20%	20
Vinícius Torres Freire	-	40%	-	-	60%	21

Fonte: GEMAA

A Tabela 2 mostra como a defesa e crítica às ações afirmativas se distribuiu nos textos conforme o perfil profissional dos seus respectivos autores. Nela é possível perceber que a defesa das ações afirmativas raciais na *Folha* ficou a cargo de representantes do Estado (ministros, secretários de governo etc.), políticos em geral, dirigentes universitários (reitores, pró-reitores etc.) e membros da sociedade civil (mormente militantes do movimento negro), algo bem semelhante ao que acontece em *O Globo*. Quando comparamos as valências, há uma maior quantidade de textos favoráveis assinados por membros desses setores da sociedade do que de contrários. Do outro lado, a crítica às políticas de discriminação positiva apareceu por meio da pena de editores. Missivistas aparecem divididos, assim como entrevistados e colunistas fixos. Em relação às cartas e as carreiras de Estado (juiz, promotor, diplomata etc.), a *Folha* procede de forma bem distinta de *O Globo*, já que deu espaço equilibrado para favoráveis e contrários pertencentes aos dois grupos.

Tabela 2: Posição do autor do texto em relação às ações afirmativas (valência) conforme seu papel social

	favorável	contrário	ambivalente ou neutro	ausente	Total
repórter	15%	16%	18%	51%	100% (460)
popular e leitores (missivista)	47%	46%	1%	6%	100% (140)
especialista	39%	40%	6%	15%	100% (151)
colunista jornalista	27%	26%	13%	35%	100% (78)
editor	6%	52%	6%	35%	100% (82)
representante de Estado (ministro, secretário etc.)	73%	18%	-	10%	100% (40)
sociedade civil	58%	12%	6%	24%	100% (33)
políticos	57%	17%	13%	13%	100% (23)
celebridade	46%	31%	15%	8%	100% (26)
reitor, vice-reitor ou decano	69%	23%	-	8%	100% (13)
jornalista	43%	43%	-	14%	100% (7)
carreira de Estado (juíz, embaixador etc.)	73%	27%	-	-	100% (11)
outros	62%	15%	15%	8%	100% (13)
Total	30%	27%	11%	32%	100% (983)

Fonte: GEMAA

Logo, a defesa das ações afirmativas é realizada no jornal por setores mais próximos da vida política e do Estado de modo geral (ministros, políticos, secretários, dirigentes universitários, militantes políticos etc.), enquanto a crítica fica a cargo dos representantes do jornal. Os especialistas em sentido geral, isto é, acadêmicos, colunistas e jornalistas de renome aparecem divididos meticulosamente, divisão acompanhada pelos leitores do jornal que enviam cartas a ele. Isso é coerente com o enquadramento geral do jornal que tratou o tema das ações afirmativas raciais mais como uma questão a se reportar do que uma controvérsia opinativa.⁴

Além desses dados, um dos principais interesses da pesquisa foi identificar as opiniões sobre as ações afirmativas raciais veiculadas pelo jornal carioca. Para aferir quais discursos frequentam mais as páginas do jornal, optamos por analisar não somente o conteúdo dos textos publicados, mas também dos parágrafos de cada um deles. Além de fornecer um quadro mais detalhado dos argumentos veiculados, tal opção se justifica diante da polifonia existente, mormente nas reportagens, as quais costumam reproduzir, ao menos em tese, opiniões diferentes sobre o assunto, quando não conflitantes. Codificar os argumentos presentes nesses textos significaria desconsiderar a polifonia interna a eles. Daí a opção por identificar os argumentos por trechos.

A identificação dos discursos contrários e favoráveis às ações afirmativas raciais no ensino superior foi feita em duas etapas. Com o auxílio do programa de análise hermenêutica Atlas.ti, a equipe do **gema** definiu um conjunto de quase 80 argumentos favoráveis e contrários (cf. Tabela 3). Munidos dessa lista, a mesma equipe aplicou os códigos aos parágrafos compilados.

⁴ Sobre essa divisão entre um enquadramento opinativo ou dóxico da controvérsia e um enquadramento mais informativo ou epistêmico, cf. Campos, Luiz Augusto. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas na imprensa*. Tese de doutorado, Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Tabela 3: Lista de argumentos detectados no *corpus*

Argumentos contrários	Argumentos favoráveis
c01. AAR pode impor uma identidade bicolor	f01. AAR diminui as desigualdades (genérico)
c02. Pobreza dos negros não se deve à discriminação	f02. AAR efetiva princípios constitucionais
c03. Classe importa mais que raça	f03. AAR realiza o princípio igualdade formal de tratamento
c04. AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	f04. AAR introduz os beneficiários na cidadania
c05. AAR cria/acirra conflito racial	f05. AAR consolida/realiza princípios republicanos
c06. AAR dá margem a abuso de poder	f07. AAR inclui os excluídos (genérico)
c07. AAR é discriminação às avessas	f08. AAR diminui as desigualdades socioeconômicas
c08. AAR é inconstitucional/ilegal	f09. AAR instaura a igualdade de oportunidades.
c09. AAR pode excluir grupos discriminados	f10. AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados
c10. AAR é ineficiente no combate às desigualdades	f11. AAR capacitará os beneficiários a competir em igualdade
c11. AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	f12. AAR tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais
c12. AAR é solução paliativa	f13. AAR dissocia cor de pobreza
c13. AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	f14. AAR combate o racismo/discriminação (genérico)
c14. AAR é uma medida eleitoreira	f15. AAR combate o racismo/discriminação institucional/estrutural
c15. AAR é uma política neoliberal	f16. AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais
c16. AAR pode dividir classes baixas	f17. AAR reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto
c17. AAR é vulnerável à fraude	f18. AAR cria uma classe média negra
c18. AAR pode estigmatizar os beneficiários	f19. AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade
c19. AAR fracassou em outros lugares	f20. AAR produz prosperidade/eficiência econômica.
c20. AAR pode excluir os brancos pobres	f21. AAR inclui potenciais antes desperdiçados
c21. AAR oficializa o racismo	f22. AAR realiza o mérito.
c22. AAR desrespeita a auto-identificação	f23. AAR repara erros cometidos na passado (genérico)
c23. AAR cria intolerância entre os negros	f24. AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados
c24. AAR diminui a qualidade do ensino	f25. AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente
c25. AAR não deve ser reduzida às cotas	f26. AAR reconhece a diversidade cultural brasileira (genérico)
c26. AAR não leva em conta o mérito	f27. AAR aumentará a autoestima dos beneficiários
c27. AAR produzirá profissionais despreparados	f28. AAR introduz pluralidade nas instituições
c28. AAR provoca ressentimento nos brancos	f29. AAR reconhece contribuição histórico-cultural de marginalizados
c29. AAR rompe com republicanismo brasileiro	f30. AAR realiza um projeto de nação
c30. AAR tende a se perpetuar	f31. AAR é decisiva para a integração nacional.
c31. AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios	f32. AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica
c32. AAR pressupõe a existência biológica de raças	f33. AAR teve êxito em outros lugares
c33. Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso	f34. Há sinais de sucesso da AAR no Brasil
c34. AAR importa um modelo estrangeiro	
c35. AAR não basta sem medidas de permanência	
c36. É difícil classificar racialmente as pessoas	
c37. AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem	
c38. Não há negros para preencher as vagas	
c39. Não há ainda resultados positivos conclusivos	
c40. O Brasil não é um país racista	
c41. O caminho é investir nas políticas universais	
c42. O caminho é investir no ensino básico	
c43. O ensino já está se democratizando sem cotas	
c44. Não é função da universidade estabelecer AARs	
c45. Racismo oculto é melhor que explícito	
c46. AAR racializa a sociedade	
c47. Não há o que reparar pois todo brasileiro é afrodescendente	

A partir da lista de argumentos exposta na Tabela 3, é possível formar agregados semânticos que traduzem as principais linhas ou *clusters* argumentativos veiculados pelo jornal. Em trabalhos anteriores, apresentamos diferentes modos de agrupar tais argumentos.⁵ Para facilitar a presente exposição, optamos por reduzir os 80 argumentos supracitados a sete grandes *clusters*, três deles com um viés contrário às ações afirmativas raciais e quatro com um viés favorável.

É possível agrupar os argumentos contrários em três grandes *clusters*: C1) Raça e identidade nacional; C2) Estado e Cidadania; e C3) Procedimentos e Resultados. Segundo os atores que esposam a linha argumentativa C1, os formuladores das políticas de ação afirmativa no Brasil importaram dos Estados Unidos um sistema binário de identificação racial que é completamente inadequado para entender a realidade da identidade racial e étnica do país, marcada pela plasticidade e flexibilidade. Calcada em grande medida na ideia de tolerância racial e miscigenação, tal identidade nacional seria incompatível com o suposto “espírito” racializante das cotas.

Os argumentos agrupados no *cluster* C2 (Estado e Cidadania) fazem parte de um discurso, próximo do liberalismo e do republicanismo clássicos, segundo o qual a ação afirmativa violaria a igualdade legal e princípios normativos correlatos, como o da meritocracia. Ainda que esse agregado argumentativo tenha modulações distintas, mais ou menos liberais a depender do caso, ele se fia numa tradição formalista da lei e do direito, calcada no ideal de que a igualdade formal plasmada na letra da lei é o princípio fundamental e inviolável do Estado.

Os argumentos do grupo C3 (Procedimentos e resultados) são menos substantivos que os anteriores na medida em que não atacam os princípios das ações afirmativas raciais, mas sim a suposta eficácia dessas políticas. Dessa perspectiva, tais políticas seriam ineficazes seja por conta de seu desenho impróprio, seja pelo fato de elas poderem gerar efeitos indesejáveis. Logo,

⁵ Para mais informações sobre as possibilidades de agregação argumentativa, cf. Feres Júnior, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007; Feres Júnior, João. Ação Afirmativa: Política Pública e Opinião. *Sinais Sociais*, v. 3, p. 38-77, 2008; Campos, Luiz Augusto. Identificando enquadramentos com o auxílio da informática: uma proposta metodológica. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindoia, 2013.

mesmo admitindo as boas intenções dos proponentes dessas políticas, os partidários do *cluster* C3 as criticam por questões técnicas e procedimentais.

Dentre os argumentos com viés favorável, identificamos quatro linhas argumentativas: F1) Justiça social; F2) Reparação; F3) Diversidade; F4) Procedimentos e resultados. Segundo o argumento da Justiça Social (F1), ações afirmativas devem ser adotadas toda vez que desigualdades persistentes e moralmente injustificáveis são detectadas, demandando medidas redistributivas para remediá-las. Tais medidas podem redistribuir resultados ou oportunidades, ou mesmo essas duas dimensões, uma vez que elas são altamente dependentes. Esse conjunto de argumentos identificam-se, mais ou menos implicitamente, com uma concepção política do Estado de Bem-Estar.

Ainda que próximo da ideia de Justiça Social, o argumento da Reparação (F2) apresenta nuances importantes. Em primeiro lugar, ele não se baseia somente num diagnóstico de há uma dada desigualdade no presente. Mais do que isso, a ideia de reparação recorre a uma interpretação histórica da formação nacional, a qual identifica ocorrência de opressão e crimes contra grupos sociais, que por esse motivo passam a ser beneficiários de ações presentes que visam mitigar os efeitos dos males do passado. No caso dos negros, o crime histórico em questão é a escravidão. Tal argumento não se baseia, portanto, numa concepção redistributivista de justiça, mas numa ideia compensatória não inteiramente dependente do modo como determinadas desigualdades existem no presente.

O argumento da Diversidade (F3), por seu turno, recorre a uma concepção multiculturalista de justiça para defender ações afirmativas. Com um viés mais pragmático, os postulantes do ideal da diversidade entendem que a ausência de determinados grupos sociais em espaços de prestígio e poder é algo em si mesmo injusto. Logo, mais do que diminuir uma desigualdade ou reparar crimes históricos, o argumento da diversidade defende as ações afirmativas simplesmente pelo fato de elas introduzirem mais pluralidade em espaços sociais homogêneos. Claro que esse argumento pode se aproximar do ideal da justiça social, mas a linguagem da diversidade é, como o próprio nome indica, marcada pela ideia de diferença e não propriamente de igualdade ou equidade, como a da justiça social. Ele advoga a representação da diversidade social nas

várias instituições e não propriamente a equalização de oportunidades ou resultados.

Finalmente, o *cluster* F4 (Procedimentos e resultados) é o mais marginal. Ele congrega todos os argumentos que defendem as ações afirmativas raciais apelando para a eficiência e o sucesso que elas atingiram em outros contextos nacionais. Mais do que uma defesa das ações afirmativas baseada em princípios, trata-se de um discurso que destaca apenas a expediência de tais políticas.

Os sete grupos argumentativos aparecem na Tabela 4, acompanhados da quantidade absoluta e relativa de trechos da *Folha* em que eles foram detectados:

Tabela 4: Quantidade de trechos codificados com os *clusters* argumentativos contrários e favoráveis às ações afirmativas

	N	%
C1) Raça e ID Nacional	199	19,1%
C2) Estado e Cidadania	263	25,3%
C3) Procedimentos e Resultados	278	26,7%
F1) Justiça Social	224	21,5%
F2) Reparação	56	5,4%
F3) Diversidade	78	7,5%
F4) Procedimentos e resultados	63	6,1%
Total	1.040	100%

Fonte: GEMAA

Em termos comparativos, a *Folha de S. Paulo* não deu tanto espaço para o argumento da racialização quanto o jornal *O Globo*, em que 27,5% dos trechos publicados continham tal discurso. Outra discrepância está no espaço relativamente menor que o jornal paulista concedeu a argumentos relacionados à suposta eficiência das ações afirmativas. Mas de modo geral, a distribuição dos três nichos argumentativos é razoavelmente semelhante nos dois jornais, mostrando que ambos ofereceram uma imagem similar dos discursos contrários sobre as cotas. Como *O Globo*, a *Folha* não privilegiou propriamente um tipo de

argumentação contrária, mas sim a tomada de posição contrária às ações afirmativas raciais como um todo. Noutros termos, o jornal parece ter aberto espaços proporcionais aos diferentes discursos anticotas, não procedendo da mesma forma com os discursos pró-cotas.

A concentração dos trechos favoráveis no argumento da Justiça Social (F1) indica, como já havíamos comentado em outra ocasião, que a defesa das cotas no Brasil não se dá predominantemente em termos multiculturalistas, como aconteceu e acontece em outros contextos nacionais, como EUA e Índia⁶. Nas páginas da *Folha*, e no Brasil de modo geral, a defesa das ações afirmativas lança mão muito de discursos igualitaristas e redistributivistas. Vale notar que isso contraria a imagem do debate feita por atores, contrários às cotas, que esposam o argumento da racialização (C1). Segundo esses atores, a adoção de ações afirmativas raciais pelo Brasil expressa os anseios de um movimento coordenado que visa introduzir a ideologia multiculturalista no país.⁷ Ao contrário, os dados da Tabela 4 indicam que os defensores da ação afirmativa no país, ao menos aqueles que tiveram seus textos acolhidos na *Folha*, compartilham uma visão da ação afirmativa como política redistributiva.

O fato de a *Folha de S. Paulo* ter tratado do tema das cotas muito mais através de reportagens do que de textos opinativos mostra que, ao contrário de *O Globo*, o jornal considerou a controvérsia das cotas mormente como uma questão técnica. Mais do que opiniões, o jornal buscou ceder mais de suas páginas a investigações jornalísticas. Porém, as diferenças entre os dois jornais cessam aí. De modo geral, *O Globo* e a *Folha* apresentam uma imagem do debate incrivelmente semelhante. Não apenas os colaboradores convidados a opinar são praticamente os mesmos, mas também o conteúdo de suas opiniões se aproxima bastantes. Tais semelhanças levam a um questionamento sobre a pluralidade na imprensa brasileira. Que a cobertura dos jornais se aproxime

⁶ Para uma comparação entre as justificações das ações afirmativas em contextos nacionais distintos, cf. Feres Júnior, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007.

⁷ Embora essa visão se faça presente em muitos textos, seguem alguns exemplos: Magnoli, Demétrio. *Uma Gotinha de Sangue: História do Pensamento Racial*. São Paulo: Contexto, 2009; Grin, Monica. *"Raça": Debate público no Brasil (1997-2007)*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, Faperj, 2010; Fry, Peter et al. (eds). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

pode ser um efeito das características da questão tratada pelos jornalistas. Mas que tal cobertura seja praticamente idêntica é algo muito mais sério para os valores pluralistas propugnados pelas empresas de mídia do país.

Como citar

Campos, Luiz Augusto & Feres Júnior, João. A Folha de S. Paulo e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011). *Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ)*, n. 3, 2013, pp. 1-18.